





## JUSTIFICATIVA

Segundo informações veiculadas na grande imprensa, as ações da Telebrás valorizaram 35.000% (trinta e cinco mil por cento) no atual Governo. Essa acentuada valorização teria sido provocada por rumores e vazamento de informações privilegiadas sobre a criação de uma estatal para comercializar serviços de acesso à banda larga. O Governo Federal vem reiteradamente confirmando o interesse em recuperar a estatal Telebrás para levar a prestação de serviços de internet por banda larga.

No entanto, as notícias sobre a reestatização da empresa não são oficiais, o que pode ter gerado uma valorização falsa de suas ações.

O jornal “Folha de São Paulo”, edição de 23 de fevereiro de 2010, informa, por outro lado, que “o ex-ministro José Dirceu recebeu pelo menos R\$ 620 mil do principal grupo empresarial privado que será beneficiado caso a Telebrás seja reativada, como promete o governo.”

Ainda segundo a reportagem, “em 2005, a ‘offshore’ de Santos comprou, por R\$ 1, participação em uma empresa brasileira praticamente falida chamada Eletronet. Com a reativação da Telebrás, Santos poderá sair do negócio com cerca de R\$ 200 milhões.”

Estes fatos sinalizam, sem dúvida, para a existência de uma contiguidade excessiva entre empresas privadas e o Palácio do Planalto. Há claras implicações nos direitos dos milhares de brasileiros que ainda detêm ações da Telebrás. E,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ainda, a se comprovar as irregularidades citadas, o próprio usuário dos serviços de telecomunicações pode ser prejudicado.

Assim, impõe-se a esta Comissão de Defesa do Consumidor o dever de realizar ações, no caso uma audiência pública, visando à apuração das graves denúncias aqui veiculadas.

Essas são as questões que se pretende esclarecer.

SALA DA COMISSÃO, EM     DE                    DE 2010.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA  
DEM/RJ